

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA
Entrada nº: 277
Data: 21 OUT 2019



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

18.10.2019

ASSUNTO: Proposta n.º 817-P/2019

«Autorizar o lançamento de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) do ano de 2019; e
Autorizar a isenção de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) do ano de 2019.»

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro conjugado com o n.º 2 do artigo 16.º e o n.º 1 do artigo 18.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião de Câmara realizada a 18 de outubro de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA


Basílio Horta



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

8

Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 18-10-2019**.

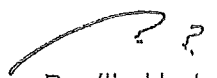
Proposta nº 817-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

*Aprovada por maioria, com a abstenção
dos Srs. Vereadores de Coligação "juntos
Pela Sintra melhor."*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 18 de outubro de 2019.

O Presidente


Basílio Horta

O Coordenador Técnico


Vitor Castro





PROPOSTA N.º ⁸¹⁷ - P/2019

Considerando que:

1. Os municípios têm património e finanças próprias, gozando de autonomia financeira para suportar as despesas decorrentes do exercício das suas competências e a prossecução das suas atribuições;
2. Esta autonomia implica a existência de receitas próprias, das quais se pode destacar o produto resultante do lançamento de derrama, tal como previsto na alínea c) do art.º 14º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiros das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, coma as alterações vigentes;
3. Segundo o n.º 1 do art. 18º da referida Lei, *“Os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território”;*
4. Segundo o n.º 24 do art. referido no ponto anterior *“a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150 000”;*

Reunião de

18 OUT. 2019

Docº Agendado com o
Nº 8



5. A matriz empresarial do concelho é essencialmente constituída por micro empresas, muitas delas de natureza familiar, cuja sustentabilidade é desejável assegurar.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere aprovar:

- I. Ao abrigo do n.º 1 do art. 18º da Lei 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, com as alterações vigentes, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta para que este órgão delibere o lançamento de uma derrama de **1,5%** sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), do ano de 2019, respeitantes ao rendimento gerado na circunscrição territorial do município de Sintra, **para empresas que tenham tido um volume de negócios superior a € 150 000;**
- II. Ao abrigo do n.º 2 do art. 16º da mesma Lei, submeter à Assembleia Municipal que delibere sobre a **isenção** de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), do ano de 2019, respeitantes ao rendimento gerado na circunscrição territorial do município de Sintra, **para empresas que tenham tido um volume de negócios inferior ou igual a € 150 000.**

Paços do Concelho de Sintra, 15/11 de 2019

O Presidente

(Basílio Horta)

Reunião de

18 OUT. 2019

Docº Agendado com o
Nº 8

Assunto: Proposta Derrama para 2020

Digitally Signed by SUSANA CAETANO DE SOUSA
 DN:CN=SUSANA CAETANO DE SOUSA,
 SERIALNUMBER=B103090908,G=SUSANA,
 SN=CAETANO DE SOUSA,OU=Cidadão
 Português,OU=Assinatura Qualificada do Cidadão,
 O=Carão do Cidadão,C=PT
 Reason: Parecer
 Date: 2019-10-10T11:07:48

Dados Signados por (Assinatura Qualificada) MARIA DA FIDELDE DE MATOS PATO MENDES
 DN CN=Assinatura Qualificada MARIA DA FIDELDE DE MATOS PATO MENDES, C=BR, OU=Assinatura Qualificada, DC=PT-02600212, O=MARIA DA FIDELDE DE MATOS PATO MENDES, 1=VEREDADORA - Informa-se confirmada pela Entidade de Certificação e/ou na data de emissão e que não foi confirmada posteriormente a esta data.
 OU=Certificado para pessoa jurídica - Assinatura Qualificada
 O=MUNICIPIO SINTIRA, C=PT
 Reason: Paresce
 Data: 2018.10.10T11:42:25

Reunião de
18 OUT. 2019
Docº Agendado com o
Nº 8